



Cada vez mais difícil fechar a conta

Impacto da inflação sentido pelos mais pobres é quase duas vezes maior do que o verificado entre os mais ricos, apontou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **PÁGINAS 4 E 5**

Cidade Integrada para quem? Operação do governo do Estado convertida em programa conta com pouca transparência em pleno ano eleitoral

PÁGINAS 6 E 7

Representatividade indígena na Maré: Multiartista Kaê Guajajara fala sobre a música como ferramenta de combate ao preconceito

PÁGINA 11

Acesso à justiça e à cultura é facilitado para os mareenses através de soluções em formato itinerante

PÁGINAS 14 E 15

Rastros de Dor

A segunda reportagem da série aborda os desafios daqueles que esperam respostas e justiça pelos crimes cometidos por agentes do Estado.

PÁGINAS 8 E 9



MATHEUS AFFONSO

GABILINO



Vacina Maré

Maré é inserida no mapa mundial das descobertas científicas sobre a covid-19 através de estudo conduzido pela Fiocruz em parceria com a Redes da Maré e a Prefeitura do Rio. **PÁGINAS 12 E 13**

EDITORIAL

Journalismo comunitário é propósito e a sociedade atual emite um chamado constante. A edição 135 do Maré de Notícias chama a atenção para algo que mexe com o cotidiano de mareenses e periféricos por todo o Brasil: o quão desproporcionalmente mais difícil é sobreviver no atual estado de crise sendo pobre. Os reflexos da desigualdade apontam para a urgência da revisão de um sistema tributário que massacra a população mais vulnerável e deixa os ricos cada vez mais ricos.

Desde o início da pandemia de covid-19, o país ganhou mais uma dúzia de bilionários, de acordo com informações da Oxfam, organização global de combate à pobreza. O aumento da riqueza destas pessoas durante a pandemia foi de 30% (aproximadamente R\$ 188 bilhões), enquanto 90% da população brasileira perdeu, no total, cerca de R\$ 1,25 bilhão entre 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza (R\$ 575 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população). É essencial questionar o atual estado das coisas e combatê-lo.

Nesse contexto, é preciso destacar a potência que supera desafios e conquista direitos. E a Maré tem muitos motivos para se orgulhar; entre eles, está o estudo *Vacina Maré* sobre o propagação da pandemia de covid-19 dentro das 16 favelas e seu combate através da vacinação — uma importante contribuição para a pesquisa médica mundial sobre a doença. Parte de uma pesquisa global sobre a eficácia das vacinas contra o coronavírus e suas variantes, o trabalho trouxe boas notícias: com mais de 90% da população adulta vacinada com duas doses de AstraZeneca, a contaminação pelo vírus diminuiu drasticamente no território. De acordo com dados do painel da Prefeitura do Rio, não são registradas mortes por covid-19 na Maré desde outubro de 2021.

Indígena, artística, cidadã... A Maré é símbolo da luta por justiça. Reconhecemos, celebramos e nos colocamos sempre ao lado das comunidades que nos abrigam e acolhem. Desejamos que você receba a edição de abril com muita saúde e que se sinta representado(a). Caso queira dialogar conosco, nosso canal de comunicação está sempre aberto. Chame a gente no WhatsApp (21 97271-9410) e compartilhe sua sugestão, deixe um elogio ou mande a reclamação. Desejamos uma ótima leitura e agradecemos por nos receber mais uma vez!

Acompanhe o **Maré de Notícias** na internet!



@maredenoticiasoficial



@maredenoticias



@MareNoticias



(21) 97271-9410



contato@maredenoticias.com.br



www.mareonline.com.br

CHARGE - NANDO MOTTA



HUMOR

Em uma escola da Maré, a professora pede em um teste que os alunos citem

três lugares com a letra A.

Gabriela responde: "Aracaju, Acari e Alagoas" e Daniel, "Alcântara, Amapá e Anchieta". O mineiro Hélio não

pensa duas vezes antes de escrever: "Aqui, Ali e Acolá".

ENVIE SUA POESIA,
FOTO, RECEITA
OU PIADA. ESTE
ESPAÇO É SEU!
contato@maredenoticias.com.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

rede da **maré**

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores
da Maré

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jéssica Pires

EDITORES
Dani Moura
(Mtb 24422/RJ)

Tamyres Matos
(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE
DISTRIBUIÇÃO:

Lenny Aquino
Antônia Valéria Lins e Silva
Lucas Frederico Brandão
Thuany Vieira Nascimento

DISTRIBUIDORES:

Cristiane dos Santos
Jonathan Ribeiro Da Cruz
Pedro de Oliveira
Ricardo Heleno Mendes
Thuany Vieira Nascimento
Vagner Moreira Pires
Valdemir Gomes da Cunha
Júnior

COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO

Luciana Bento

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes
Matheus Affonso
Gabi Lino

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infoglobo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Muito além da distribuição

Conheça a história do mineiro que foi um dos primeiros distribuidores a chegar no Maré de Notícias

DANIELE MOURA

Lucas Frederico Brandão nasceu em Diamantina, cidade do interior de Minas, passou por São Paulo e, desde 2017, vive na Maré. Foi um dos primeiros frequentadores do Espaço Normal, projeto da Redes da Maré referência no atendimento de pessoas em situação de rua e usuários de crack e outras drogas pelo viés da redução de danos. Com um jeito brincalhão, Lucas logo chamou a atenção não só da equipe de plantão, como também dos frequentadores do local, com uma postura de liderança nos processos e dinâmicas que se produzem ali.

Uma das primeiras ações com que se envolveu de maneira espontânea foi com a produção da comida compartilhada com os frequentadores do Espaço a partir de doações. Lucas se tornou uma figura constante na cozinha. “Minha vida foi totalmente transformada, cheguei sem perspectiva, descrente, todo enrolado e cheio de problemas, bem desorientado. Não foi fácil, muita gente lutou pra que eu frequentasse o Espaço”, diz ele.

Com uma postura proativa, integradora e coletiva, logo começou a participar de outras atividades oferecidas, como a “Roda dos Normais” (uma conversa semanal da equipe com os usuários para uma troca sobre a convivência), o que acabou levando-o a ser um mobilizador, incentivando pessoas a frequentarem o local.

No Espaço Normal, a convivência é pautada pelo cuidado, pela autonomia e pelo diálogo, e Lucas, de maneira orgânica, começou a se relacionar com a equipe e com os usuários a partir desses pontos dos quais a convivência



Com sua postura de líder, Lucas é um dos distribuidores do Maré de Notícias

se estabelece. “A gente se sente numa família, se sente acolhido, abraçado, compreendido”, afirma o rapaz.

O primeiro contato dele com o jornal foi como assistente de design, em 2018. “Na época do estágio no jornal eu tive uma redução maior de danos; fazia uso de crack e hoje não faço mais”, conta, reforçando a importância da metodologia usada no trabalho do Espaço Normal.

No início de 2019, Lucas começou a trabalhar como distribuidor do jornal através do projeto *Entre Bicos*, que gera renda para os frequentadores do Espaço. “O jornal foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida. Eu era um perdido. Esse trabalho me dá um dinheiro digno, devolve valores. O jornal acredita nas pessoas que eram invisíveis. Para mim, esse trabalho é muito mais que distribuir. Eu não saio na rua apenas para entregar o jornal: ele representa muito para minha vida, tem um significado muito grande, não é um simples jornal,

não é apenas percorrer ruas e vielas, é levar a realidade do território para pessoas que não têm noção do que se passa na frente delas. Conheci muitas pessoas, me sinto orgulhoso de poder andar nas 16 favelas, me sinto cria, e conheço a Maré melhor que muitos mareenses.”

Carismático, ele acabou se tornando um elo forte entre o que se ouve nas ruas da Maré e o que se conversa na redação do jornal, pautando novas matérias. “O que a grande mídia produz é completamente distorcido do que de fato acontece aqui dentro. Eu penso que os moradores deveriam dar muita importância a isso que é entregue a eles, eles devem enxergar valor nesse jornal. Através do jornal foi construída muita coisa, foi mudada muita coisa, e desconstruídos valores que a gente trouxe. A gente tinha um problema com um síndico que nunca deixava a gente entrar no prédio e aí teve uma matéria sobre o síndico e depois que ele leu a gente pôde entrar e entregar o jornal para os moradores do prédio.”

Junto com Lucas na distribuição estão Valdemir Gomes da Cunha Júnior, Jonathan Ribeiro Da Cruz, Cristiane dos Santos, Vagner Moreira Pires, Ricardo Heleno Mendes Cruz, Antônia Valéria Lins e Silva, Pedro de Oliveira, Yasmim Emmanuel Duarte, Thuany Vieira Nascimento e Lenny Aquino. “O jornal é uma redução de danos muito grande pra muita gente, é lindo acompanhar a evolução dos meus colegas. Eu convivia com muitos na rua e hoje vê-los trabalhando, mudando a vida, é demais. É pena que isso é feito pela ONG e não pelo governo”, finaliza com uma crítica construtiva que lhe é característica.

A inflação mais cruel

Até mesmo a invasão da Ucrânia pela Rússia afeta o orçamento dos mais pobres

JORGE MELO

Anderson Felipe é gráfico, morador da Nova Holanda, 38 anos, casado e cinco filhos. Embora não tenha os números na cabeça, Anderson, mais conhecido como **Dinho**, sabe exatamente o que é inflação alta. Ele se depara com ela todos os meses quando vai ao supermercado, constata que a maioria dos preços foi reajustada, e é obrigado a cortar itens da lista de compras, como a carne: “Optamos por ovos, frango, salsichas e substituímos a carne pelos hambúrgueres.” Dinho também escolhe marcas mais baratas quando se trata do essencial, como feijão e arroz.

Da mesma forma, biscoitos recheados e iogurte rareiam na dispensa e na geladeira, para desgosto das crianças. “Você faz cortes nos supérfluos, e infelizmente fiz vários”, afirma Dinho, preocupado. Comer fora nem pensar; o churrasco e a pizza do fim de semana estão suspensos. Mas ele tem pelo menos a vantagem de não pagar aluguel; caso contrário, teria que comprometer cerca de 15% de sua renda e certamente sua lista de compras seria ainda mais curta.

IPCA

Existem vários índices para calcular a inflação; o oficial é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA pes-



Tensões geopolíticas internacionais, dificuldades nas cadeias de produção e incertezas políticas fizeram subir o preço dos alimentos

quisa mensalmente preços em estabelecimentos comerciais, domicílios, prestadores de serviços e concessionárias de serviços públicos, como energia elétrica, água etc.

As famílias pesquisadas têm renda de um a 40 salários mínimos e residem em regiões metropolitanas, capitais e entorno. O IPCA é a média ponderada dos preços dos produtos consumidos no dia a dia. São nove grupos: alimentação e bebidas; artigos de residência; transportes; comunicação; despesas pessoais; habitação; saúde e cuidados pessoais; vestuário; e educação.

A média ponderada, utilizada pelo IPCA, dá mais peso aos produtos e serviços consumidos de acordo com a faixa de renda. Sendo assim, para as famílias de menor renda, alimentos e bebidas, energia elétrica, gás, produtos de limpeza, mora-

dia e transporte têm um peso maior.

Desigualdade econômica

De fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022, a inflação geral foi de 10,54%. A inflação de fevereiro, medida pelo IPCA, foi de 1,1%, a maior do mês desde 2015. No entanto, o aumento dos preços no grupo de alimentação e bebidas foi de 1,20%,

Outros itens contribu-

íram para apertar o cinto das famílias mais pobres. O gás de botijão, utilizado pelas famílias de menor renda, em 2021 aumentou 36,99%, três vezes mais que a inflação. O aumento acumulado da energia elétrica em 2021 foi às alturas: 114%, segundo dados das Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

No dia 14 de março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANE-



Muitas famílias brasileiras têm substituído ou aberto mão da carne para reduzir despesas



ELIZANGELA LEITE

Pesquisa concluiu que o gasto médio com alimentação nas favelas teve um aumento significativo durante a pandemia

EL) autorizou reajustes entre 12% e 17%, em média, nas contas de luz de clientes da Light e da Enel Rio, distribuidoras de energia que atendem consumidores do estado do Rio de Janeiro. O maior reajuste será para os clientes da Enel Distribuição Rio, que atende três milhões de unidades consumidoras. Para os clientes residenciais, o aumento é de 17,14%.

Inflação dos mais pobres

O economista **Matheus Peçanha**, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que “as faixas de renda mais baixas são as que mais sofrem com a inflação em geral e, sobretudo, a de alimentos, uma vez que maior parte de seu orçamento é consumido em itens alimentícios”.

De acordo com ele, “o que explica o impacto da inflação em cada grupo de renda é a parcela do orçamento dedicada àquele grupo de produtos. Quando a inflação se concentra em itens de primeira necessidade, como alimentos e energia, as faixas de renda mais baixa sofrem mais”. O economista afirma ainda que a redução da renda familiar tem consequências dramáticas, como o “bem estar social em queda, eventualmente endividamento e inadimplência subindo”.

Vender em dólar

Na conta da inflação alta entra a política econômica do governo que privilegia a exportação de produtos agrícolas, o que acaba provocando o

aumento do preço dos produtos no mercado interno: é melhor vender em dólar do que em reais. Os desequilíbrios ecológicos, como invernos rigorosos, nevascas, tufões etc, que afetam certos produtos importados (como o trigo), também contribuem.

No caso do trigo, existe um componente novo: a invasão da Ucrânia pela Rússia, que é maior exportador de trigo do mundo (a Ucrânia é o quarto). Sem o trigo ucraniano e com as sanções globais à Rússia, haverá menos oferta do grão, o que levará à alta dos preços no mercado internacional.

O Brasil produz 7,5 milhões de toneladas de trigo (um pouco mais da metade do que consome) e importa 6,5 milhões de toneladas, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo). O aumento do trigo impacta os preços do pão e das massas, dois dos itens mais importantes na dieta do brasileiro, principalmente os mais pobres.

Guerra sem combustíveis

Matheus Peçanha esclarece que “o aumento nos combustíveis, principalmente no diesel, têm efeito cascata via custos: transporte público, alimentos (via maquinário agrícola), frete dos bens industriais”. A maior parte da produção brasileira (cerca de 75%) é transportada por caminhões.

Em 2021, o preço do diesel aumentou 44% e o da gasolina, 46%.

Mais uma vez a invasão russa tem consequências para a nossa economia: a Rússia é o terceiro maior produtor mundial de petróleo, e seus preços (assim como dos derivados) tendem a aumentar.

A inflação nas favelas – uma pequena mostra

Uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2021 pela Outdoor Social Inteligência, empresa especializada no consumo da classe C, concluiu que o gasto médio com alimentação nas favelas teve um aumento significativo durante a pandemia, consumindo mensalmente R\$ 1.079,00, quase o valor de um salário mínimo (R\$ 1.212,00), para uma renda mensal média de R\$ 2.781,14 — ou seja, comer leva uma fatia de quase 40% dos rendimentos.

A pesquisa ouviu 435 pessoas maiores de 18 anos no chamado G10, grupo de dez favelas de todo o Brasil consideradas de maior potencial econômico. Segundo a pesquisa, arroz e feijão são prioridades para 94% dos entrevistados. Em seguida, vêm o café e o açúcar (71%). Temperos, óleo e sal foram citados por 52% dos entrevistados.

Mas a inflação alta afeta tanto quem produz quanto quem vende, ou seja, a indústria e o comércio. Segundo o economista Matheus Peçanha, “a inflação ao produtor (comércio e serviços) sempre chega antes num ambiente de inflação de custos como o nosso, e justamente na atual conjuntura de queda da renda das famílias agravada pela pandemia, fica muito difícil repassar para o consumidor sem perder muita demanda”.

Os efeitos da pandemia nas famílias mais pobres, segundo o economista, foram severos: “A pior consequência foi sentida na renda, com muita gente indo para a informalidade ou perdendo o emprego; os preços em alta deterioraram em dobro o orçamento familiar.” Dinho resume o momento com realismo: “Agora temos mais do que nunca que economizar.”

Programa *Cidade Integrada* nasce ultrapassado

Iniciativa de ocupação de favelas do Rio segue lógica falha das UPPs

JÉSSICA PIRES

O programa que chegou em janeiro de 2022, ano de eleições, nas favelas Jacarezinho, Muzema, Tijuquinha e Morro do Branco, prevê expansão para outras áreas do Rio, incluindo a Maré, conforme o anúncio inicial do governador Cláudio Castro.

Os eixos da iniciativa, de acordo com o decreto estadual nº 47.928, são: social; desenvolvimento econômico; infraestrutura; diálogo com a comunidade; transparência; segurança pública e consórcio entre entes públicos. Os objetivos específicos de cada um desses eixos seriam alcançados por meio de programas que desdobram e integram a ideia de ocupação a melhorias em habitação, mobilidade, trabalho e renda e educação. O *Cidade Integrada* prevê ações de cerca de 40 secretarias e órgãos estaduais nas favelas, voltadas para todos os gêneros e faixas etárias.

A origem desse projeto, que no papel parece responder a ausência de políticas públicas em territórios da favela, assemelha-se a outro, cujo fracasso é conhecido pela maioria daqueles que deveriam se beneficiar dele: as Unidades de Policiamento Pacificadora (UPP).

Origem sangrenta

No dia 6 maio de 2021, a favela do Jacarezinho foi cenário de uma chacina sem precedentes. Desde 2016, a plataforma Fogo Cruzado, que realiza o monitoramento de operações policiais em todo o Brasil,



No dia 6 maio de 2021, a favela do Jacarezinho foi cenário da operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro

não havia registrado tal número de mortes durante uma operação da polícia em uma favela. Foram 28 vidas interrompidas nesta ação que teve repercussão internacional e ficou desde então reconhecida como a “Chacina do Jacarezinho”. Oito meses depois, em 19 de janeiro de 2022 (um ano de eleições), foi realizada uma operação policial no mesmo território onde foi implantado o projeto *Cidade Integrada*.

“Uma coisa que pra mim é marcante pra descrever o que foi para o morador este dia é que, na noite posterior à chacina, houve um grande protesto no Jacarezinho, e compareceram muitas pessoas, desde ativistas e membros de movimentos sociais a políticos — tudo aquilo que se espera de uma passeata sobre uma chacina — e, obviamente, familiares das vítimas. Mas os moradores também foram. Aqueles que não eram familiares, que não eram ativistas, não

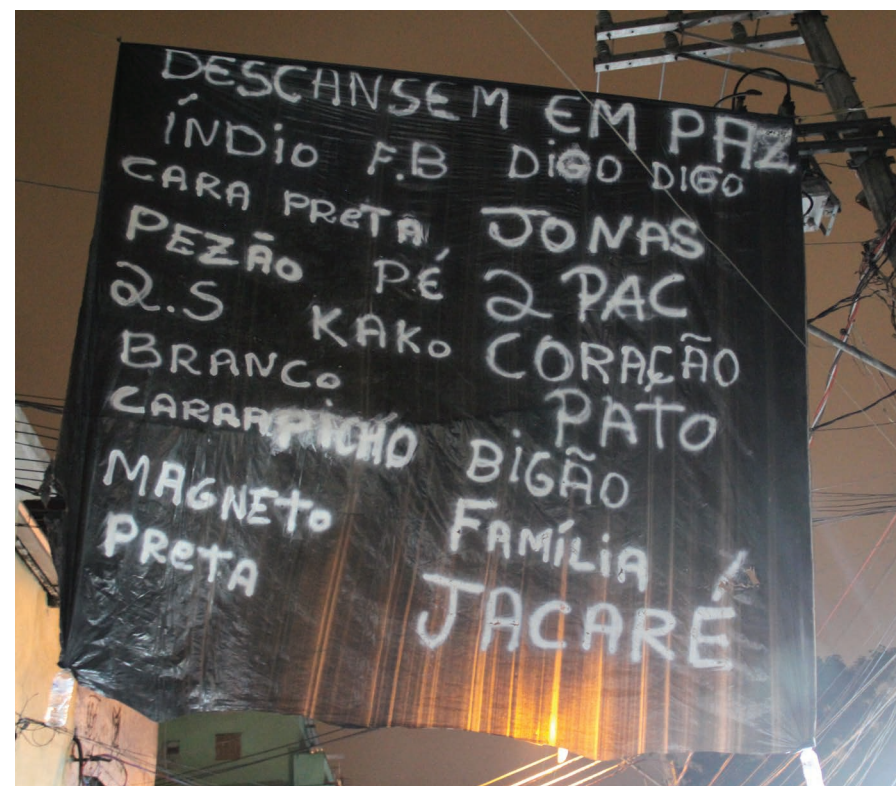
eram de movimentos sociais; eram só moradores. Foi um evento tão traumático que pessoas que não participariam de um protesto foram lá. O que tinha acontecido ganhou tal magnitude que conseguiu mobilizar o morador que está fora do campo da política, da segurança pública ou dos direitos humanos”, relata **Pedro Paulo da Silva**, morador do Jacarezinho, pesquisador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e coordenador de pesquisa do LabJaca, o laboratório de dados e narrativas sobre favelas e periferias com sede na favela do Jacarezinho. e pesquisador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Relembrando as UPPs

O programa *Cidade Integrada*, de acordo com o próprio governador Cláudio Castro, segue uma lógica bem parecida com a das UPPs, implantadas em

favelas por todo o estado a partir de 2008. Porém, elas não cumpriram alguns dos objetivos apresentados inicialmente. Em 2018, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para entender como a verba destinada a esse programa foi utilizada. O consenso é de que um dos principais objetivos (coibir as atividades de grupos armados nas favelas que receberam as UPPs) não foi atingido.

“Todo esse investimento em segurança pública concentrado em uma política do confronto não resolve. A segurança pública nas favelas nunca é pautada de forma preventiva e estratégica. Já vivenciamos uma ocupação que em nada melhorou o cotidiano e a segurança dos moradores”, diz Arthur Viana, morador da Nova Holanda, integrante do Fórum *Basta de Violência Outra Maré é Possível* e coordenador



BRUNO SOUSA

Chacina do Jacarezinho: violência do Estado levou a 28 vidas interrompidas

da campanha *Somos da Maré! Temos Direitos*, que busca mobilizar e fortalecer o protagonismo da população da Maré na luta por seus direitos básicos, como a segurança pública.

Sem diálogo

Apesar de um dos eixos programáticos da ocupação ser a transparência (item em destaque no site do programa, cidadeintegrada.gov.rj.br) não há descrição das ações, cronograma de implantação ou como serão usados os cerca de R\$ 500 milhões previstos para investimento no Jacarezinho e nas favelas da Zona Oeste.

Assim como aconteceu com as UPPs, o “diálogo com a comunidade” também esteve ausente no Jacarezinho antes da implantação do programa. Só depois da chegada das forças policiais ao território a comunidade foi convidada ao diálogo.

“O problema é que, ainda assim, esse diálogo é vertical. É importante a gente frisar que o Estado ocupou o território e, só depois disso, tentou abrir um canal de comunicação.

Então o que houver daqui pra frente vai acontecer nesses termos: um diálogo cujo pano de fundo é uma ocupação militar. Não é algo que a população tenha clamado”, explica Pedro Paulo.

O Conjunto de Favelas da Maré foi citado no lançamento do programa, em janeiro, como um dos próximos territórios a receber as ações do *Cidade Integrada*. Segundo o Núcleo de Mídia Alternativa e Comunitária do governo estadual (apontado como referência para informações sobre o programa pela assessoria de imprensa da Polícia Civil), não há previsão para a chegada do programa na Maré. A mesma resposta foi dada sobre como se dará a ação das secretarias envolvidas no projeto e sua integração com as organizações da sociedade civil (como a *Redes da Maré* ou o Fórum *Basta de Violência Outra Maré é Possível*) que lutam e monitoram o direito à segurança pública na Maré.

Já está em andamento, porém, o projeto *Na Régua*, da Secretaria de In-

fraestrutura e Obras, que oferece assistência técnica gratuita para serviços de arquitetura e engenharia às famílias cujas moradias estejam em situação de vulnerabilidade. De acordo com o decreto que apresenta o programa *Cidade Integrada*, o *Na Régua* é uma das ações previstas no campo da habitação. A implementação do projeto, na Maré, está ocorrendo em casas de Marcílio Dias e Parque Maré.

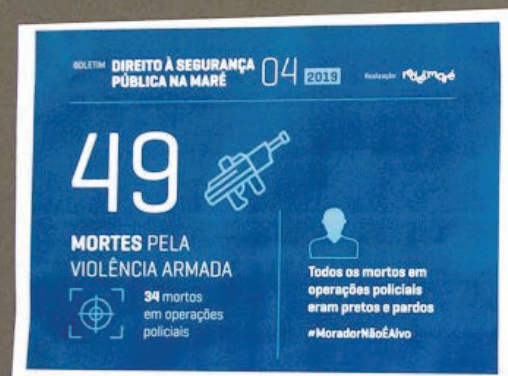
“A gente supõe que um programa de integração realmente faça a ponte com quem mora naquela localidade e depois com órgãos públicos de assistência. Mas isso não acontece aqui. É uma ocupação que serve a uma campanha eleitoral. O legado disso é absurdo. São violações irreparáveis: materiais e psicológicas”, comenta a cofundadora do Movimento Moleque **Mônica Cunha**, técnica em educação antirracista e também suplente de vereadora no município do Rio de Janeiro.

Governo denunciado na ONU

No dia 18 de março, o governo do Rio de Janeiro foi denunciado na Organização das Nações Unidas (ONU) por violações de direitos cometidos em operações policiais em todo o estado. O relatório condena o programa *Cidade Integrada* ao citar mortes e prisões infundadas e apontar a existência de falhas no reconhecimento fotográfico em delegacias do estado. Segundo os advogados que assinaram a denúncia, o *Cidade Integrada* é “a insistência das práticas condenadas pelas cortes judiciais e pelos organismos internacionais”.

“Quem construiu esse país e continua essa obra não é quem tem direito a ele. Temos que denunciar e falar sobre isso, o tempo inteiro. Então foi acertadíssima essa denúncia feita na ONU”, diz Mônica, que acompanhou os advogados e juristas que formalizaram a denúncia no escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da entidade em Nova York, nos EUA.

DOUGLAS LOPES



O Boletim Direito à Segurança Pública traz os números da violência na Maré

Culpados até que se prove o contrário

Subversão da presunção de inocência, presente na Declaração de Direitos Humanos e na Constituição Federal, é rotina nas regiões periféricas do Rio de Janeiro e do Brasil

DANIELE MOURA E TAMYRES MATOS

“**A**tirar primeiro, perguntar depois.” Não há um morador de favela que não conheça de perto essa máxima. Todos estão cientes de que o estado de alerta é necessário para não se tornar a próxima vítima. Mas o que acontece depois do tiro? O que acompanha o luto? Trajados de dor e tristeza, familiares e amigos das pessoas mortas por policiais fazem reverberar o luto e a revolta através da projeção que conseguem: “Queremos justiça.” Mas a realidade é que poucas vezes a tão sonhada justiça vem.

O Maré de Direitos, uma das principais ferramentas na luta por direitos dentro do maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, registrou 296 situações de violações por parte de policiais entre os anos de 2016 e 2021. Destes, 117 casos resultaram em morte ou lesão corporal grave; somente sete processos foram judicializados e apenas um deles resultou em acordo judicial.

“Muitas vezes, as pessoas têm medo de represálias por parte dos policiais ou são afetadas pelo discurso de que a justiça não chega para o morador da favela. Quanto às desistências, a demora faz perdurar o luto, o sofrimento das famílias. Os procedimentos pré-processuais também são prolongados demais. Este serviço precisa ser claro, eficiente, correto, mas tem que ser rápido também. Porque, quando ele demora demais, faz nascer dentro das famílias um sentimento de injustiça”, afirma **Lucilene Gomes**, advogada e redutora de danos do Espaço Normal, lugar de acolhimento da Redes da Maré.

Há mais de quatro anos, a família de Jeremias Moraes da Silva, assassinado aos 13 anos durante uma ação policial, percorre essa via-crúcis em busca de justiça. “Meu filho foi morto por despreparo, covardia. Um menino que é alvejado pelas costas, com um pirulito na mão... E os policiais alegam que estavam 'se defendendo'. Do que, eu não sei. Da 'arma' que ele tinha na mão? Só se pirulito agora virou uma arma. Ele estava na porta da casa de uma amiga da igreja, indo ensaiar um hino”, lembra a mãe do menino, **Vânia Moraes da Silva**.

As palavras de Vânia são marcadas

MATHEUS AFFONSO



No olhar carregado de dona Vânia é possível ler o cansaço da espera que nunca chegou perto do fim por justiça ou algo parecido

pelo cansaço de quem passou pela pior experiência na vida de uma mãe. No dia da morte do filho, não havia qualquer operação na comunidade. Ou seja, nem o alerta subjetivo do medo coletivo havia sido disparado para que o adolescente soubesse que “não podia” andar desatento pela rua. Ela relata que, após o assassinato de Jeremias, não foi convocada em nenhum momento para prestar depoimento na Divisão de Homicídios da Capital, que supostamente investiga o caso, mesmo tendo um advogado — pago pela igreja da qual Vânia faz parte.

“Eu só quero que pelo menos eles [os policiais que atiraram em Jeremias pelas costas] se sentem no banco dos réus. Meu advogado explicou que dificilmente eles seriam condenados, estão respondendo administrativamente. Só quero que eles respondam, pelo menos, a um júri popular. Acreditar que eles vão ser presos? Não acredito não. Infelizmente eles vão estar por aí para matar outras crianças. Eu lembro que, assim que aconteceu o caso do Jeremias, nós demos uma entrevista e eu falei que Jeremias não seria o último, como não foi. Tivemos o Marcus Vinicius e tantas outras crianças que foram mortas. Teve um menino que foi morto dentro de casa [o adolescente João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, em São Gonçalo]. Vira e mexe a gente escuta essas notícias na televisão”, resigna-se.

Impunidade manchada de sangue

O Rio tem a força policial mais letal do Brasil, apesar de não estar entre os dez estados mais violentos do país. De acordo com uma pesquisa sobre o tema divulgada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em 2020, o padrão no uso da força pelas polícias no Rio de Janeiro é muitas vezes atribuído ao perfil da criminalidade local, que seria excessivamente violenta e armada.

Mas, apesar de ser reconhecido nacional e internacionalmente como um local violento, o Rio ocupava o 11º lugar entre os 27 estados da federação em relação às mortes violentas intencionais em 2018, com uma taxa de 39,1 por 100 mil habitantes, o que representa 10,1% do total observado no país. Portanto, uma taxa menor do que a de estados como Acre, Alagoas e Sergipe, por exemplo.

De acordo com os dados obtidos no site do Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio (ISP), entre 2016 e 2020, jovens pretos são maioria entre as vítimas fatais por intervenção de agentes do estado. No período analisado, foram registradas oficialmente 1.190 mortes como resultado de ações policiais.

“O controle externo da atividade policial é atribuição do Ministério Público. Pesquisas que foram feitas no intervalo de mais ou menos dez anos apontam que, para os casos de mortes



Família de Jeremias segue com a vida, mas é impossível ignorar as marcas que a falta de responsabilização pelo crime deixam em cada um

de civis pelas mãos de agentes do estado, nós temos algo em torno de 99% de arquivamento por iniciativa do próprio MPRJ. É preciso discutir quais as razões para isso, o que nos conduziria a uma série de pontos como a perícia, a investigação e o inquérito policial como um todo”, analisa **Daniel Hirata**, pesquisador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para o especialista, existe uma justificativa para essas mortes aos olhos da sociedade, o que impacta na efetivação ou não dos dispositivos legais que deveriam proteger essa parcela da população do braço armado do Estado: associa-se a região de favela ao tráfico de drogas na óptica do senso comum. E, em nome de uma suposta guerra às drogas, a ação que legitima o impulso do “menos um bandido para nos ameaçar” acaba sendo aceita como um efeito colateral, até mesmo quando a inocência é comprovada. Ou seja, a situação extrapola até mesmo o vício dos “culpados até que se prove o contrário”.

“A gente ainda vai ter que avançar muito nesse assunto, em se tratando das pessoas envolvidas nessa questão — policiais, pesquisado-

res, organizações, imprensa, sociedade civil — para que se esclareça de uma vez: o fato de a pessoa atuar no comércio de drogas não faz dela uma pessoa ‘matável’, uma pessoa cuja morte é justificável. Nós não temos pena de morte no Brasil e não há morte pelas mãos do Estado que seja justificável, a não ser nos casos de legítima defesa, que não é o que acontece na maior parte das mortes que acontecem aqui no Rio”, considera Hirata.

Em nota, o Ministério Público do Estado do Rio informa que a legislação brasileira atribui ao órgão o dever de oferecer denúncia ou promover o arquivamento de procedimentos investigatórios: “Logo, sempre que as investigações, por diversos motivos, não conseguirem reunir um mínimo de provas para que seja deflagrada uma ação penal, o MP promoverá o arquivamento, que poderá ser revisto diante de novas provas.”

Segundo o órgão, “o MPRJ vem adotando medidas para dar maior efetividade à apuração e responsabilização de agentes, com a criação: de grupos especializados de combate ao crime (como o GAECO); de Forças-Tarefas, Grupos de Atuação Especializada e Grupos Temáticos Temporários; de plantão 24h para denúncias sobre

operações em comunidades; das Coordenadorias de Segurança Pública, de Direitos Humanos e Minorias, e de Promoção dos Direitos das Vítimas, para interlocução com as vítimas, seus familiares e a sociedade civil organizada”.

A trivial morte sem dono

Para que a democracia chegue o mais perto possível de funcionar plenamente, é preciso que seja respeitada uma série de processos. Para Daniel Hirata, no caso da força policial, quando não há uma sinalização clara de controle das instâncias, existe o risco de ocorrer um desestímulo àqueles que seguem as regras. Ou seja, a pessoa pode agir da maneira como achar conveniente, pois ela dispõe praticamente ilimitado poder de decisão sobre vida e morte, sendo que geralmente não há consequências.

“Esse é tanto um dos motores da brutalidade policial, como também da corrupção policial. No momento em que você se sente completamente livre para dispor de forma ilimitada sobre a vida das pessoas, também se sente livre para poder negociar a vida das pessoas, vira uma questão ‘monetária’. Parte importante da corrupção entre os policiais também está associada a

essa não responsabilização dos abusos cometidos”, observa o especialista.

Segundo Hirata, a possibilidade do indivíduo de reivindicar os seus direitos e questionar as falhas dos governantes e das instituições é parte essencial da democracia e, muitas vezes, ausente do cotidiano das favelas cariocas: “Quando você tem uma suposta democracia que falha a todo o momento em cumprir o requisito mínimo do direito à vida, isso resulta em uma reação de envenenamento total das instituições. As pessoas precisam confiar no Estado para que ele funcione de forma adequada. Toda vez que há uma grave violação dos Direitos Humanos e isso não tem consequências, a pessoa passa a descrer das instituições e isso é muito ruim para o conjunto da democracia.”

Essa falta de confiança nas instituições, com o passar dos anos, se torna um problema cada vez mais difícil de resolver. “A política do medo é a característica fundamental do autoritarismo. Ela é lubrificante das engrenagens da militarização e o medo não é um bom conselheiro, sobretudo na área de segurança pública”, pondera Daniel.

Ele acredita que “é um grande problema, por exemplo, comparar abusos policiais com abusos de grupos civis armados. Os policiais dizem que o tráfico de drogas age violentamente e, por isso, eles também agem assim. Porque o contexto do Rio é violento e os grupos armados matam policiais, barbarizam. Mas esse tipo de comparação estabelece um tipo de equivalência entre grupos armados e forças policiais. É muito problemático, pois dos grupos armados a gente não pode esperar nada, mas aqueles que representam o Estado, a Justiça, têm que cumprir a lei”.



Confira datas e orientações para exercer seu direito ao voto

Com eleições marcadas para o dia 2 de outubro, você tem até 4 de maio para regularizar sua situação eleitoral

É ano eleitoral e a participação de cada um dos marenses nesse processo é essencial. No dia 2 de outubro, os brasileiros vão às urnas para eleger o presidente da República, governadores, senadores e mais deputados federais, estaduais e distritais. A edição de abril do Maré de Notícias inicia uma série com tudo o que você precisa saber, não somente para votar, como também para cobrar com propriedade dos representantes eleitos.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, durante um debate sobre democracia e os impactos nas decisões do país promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais (CBEC), reforçou que a Justiça Eleitoral cumprirá sua importante missão de garantir o cumprimento da constituição, organizar as eleições e empossar os eleitos até o dia 19 de dezembro.

“Estejamos atentos. A liberdade requer vigilância. A democracia requer vigilância. Seus inimigos estão à solta. Basta ler nas redes sociais: ameaças, insultos, mensagens racistas, mentiras deliberadas, articulações de complô. Algoritmos disseminam o ódio, capturam o consentimento das pessoas, disseminam o medo e impactam as eleições”, declarou no evento ocorrido no dia 22 de março.

TOMAZ SILVA - AGÊNCIA BRASIL



Participação no pleito de 2022 é essencial para conhecer propostas e cobrar as melhorias necessárias daqueles que forem eleitos

CONFIRA AS PRÓXIMAS DATAS IMPORTANTES CALENDÁRIO ELEITORAL 2022

4 de maio	Prazo limite para tirar a primeira via do título de eleitor ou regularizá-lo
18 de julho a 18 de agosto	Mudança de seção ou local de votação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
11 de julho	Publicação pelo TSE do número oficial de eleitores aptos a votar
5 de julho a 3 de agosto	Nomeação de mesários
20 de julho a 5 de agosto	Realização de convenções partidárias para definir coligações entre partidos e candidatos
15 de agosto	Prazo final para o registro das candidaturas
16 de agosto	Início da realização de comícios, distribuição de material gráfico, caminhadas ou propaganda eleitoral (inclusive na internet)
2 de outubro	Primeiro turno das eleições
30 de outubro	Segundo turno das eleições (se necessário)

INSTRUÇÕES PARA TIRAR O TÍTULO DE ELEITOR

Você sabia que pode tirar o título de eleitor pela internet? Confira o passo a passo de como solicitar a emissão do documento de forma totalmente online pelo sistema TítuloNet (<https://cad-app-titulonet.tse.jus.br/titulonet/novoRequerimento>).

- Basta acessar o sistema TítuloNet, selecionar a opção “Não tenho” na guia “Título de eleitor” (se for a primeira via) e preencher todos os campos indicados com os dados pessoais, como nome completo, e-mail, número do RG e local de nascimento. No caso de regularização, é só marcar a opção que represente a sua situação (exemplo: “Tenho, mas não sei o número”).
- O sistema vai pedir o envio de pelo menos quatro fotografias para comprovar a identidade de quem fez a requisição: uma selfie segurando um documento oficial de identificação; imagens frente e verso do documento oficial; e uma foto de um comprovante de residência.
- Os homens com idade entre 18 e 45 anos também devem encaminhar o comprovante de quitação com o serviço militar. Mas atenção: as imagens devem estar legíveis; caso contrário, a solicitação pode ser negada pela Justiça Eleitoral.
- Após o cadastro, é possível acompanhar a tramitação do pedido também pela internet. Para isso, basta acessar a guia “Acompanhar Requerimento” e informar o número do protocolo gerado durante a primeira etapa do atendimento.



A Maré indígena de Kaê Guajajara

Multiartista fala sobre representatividade e o uso da música no combate ao preconceito

DANIELE MOURA

Estima-se que há 300 anos existiam, às margens da Baía de Guanabara, 81 aldeamentos Tupinambás onde hoje está a Maré. Pelo Censo Maré, realizado em 2013 pela Redes da Maré e pelo Observatório de Favelas, são mais de 800 indígenas morando nas 16 favelas — mais de 200 somente no Parque Maré.

A cantora, arte educadora, atriz e rapper indígena **Kaê Guajajara** chegou à Maré com sete anos. Veio com sua família de Mirinzal, no Maranhão, fugindo da escravidão na qual vivia: “Minha mãe tinha 15 anos quando saiu de Mirinzal. Morávamos em um lugar onde as pessoas viviam da pesca em casas de palha, em uma terra não demarcada. Era uma escravidão; eles chamavam de trabalho, mas depois que fiquei mais consciente já aqui, olhei para a situação e percebi que minha família era escravizada: trabalhava e recebia farinha como salário. A vida é uma caixinha de surpresas: saí fugindo da violência de uma terra não demarcada e olha aonde eu vim parar na Maré. São dois territórios não demarcados e não legalizados pelo Estado, são muitas violências como consequência da colonização.”

Kaê começou na música por meio do rap: com dois amigos angolanos da Maré, fez parte do grupo Crônicos, que denunciava nas letras as violências vividas na comunidade. “Fizemos juntos muita música sobre o racismo estrutural para falar sobre tudo que a gente estava sofrendo. Foi muito legal, um momento de aprendizado: eles entenderem o que eu passei e eu entendi o que eles vivem nesta sociedade racista — que quanto mais retinto você é, mais você vai sofrer. Aí percebi o quanto os indígenas também sofrem preconceito. Sentia também essa violência na Maré; tanto eu como minha mãe somos conhecidas como ‘índias’, o que não é legal.”

Segundo ela, “comecei a questionar se eu também estava sofrendo preconceito. Fala-se muito sobre o racismo que vitimiza o preto, mas não sobre o que indígena sofre dentro das favelas. Foi aí que comecei a questionar isso. Hoje tenho consciência do que estou vivendo; antes, eu tentava me encai-



xar em padrões: pensava 'nossa, eu tenho que ser um pouco mais branca', não me pintava, não me vestia como meu povo”.

Ser indígena num contexto urbano já é difícil; se o território é periférico o desafio é maior ainda. “Senti na pele como é viver na cidade. Eu era tratada como alguém sem existência, uma menina fantasiada — achavam que eu estava vindo de alguma festa. Falta o respeito: hoje, já se entende a cultura afro com seus turbantes e tudo mais, mas não a autoestima do indígena na cidade. Não temos liberdade nem religiosa nem cultural de usar as nossas pinturas nos ambientes de trabalho, porque isso é visto como algo anormal — ainda não é confortável ver o indígena pintado. Quando eu usava a saia do meu povo Guajajara era como se tivesse fantasiada, como se eu não fosse da Maré, sendo que vivi uma vida inteira aqui, toda a família do meu pai é da Nova Holanda. Sou cria da Maré!”, reivindica.

Sucesso na música

Kaê faz música sobre a realidade dos povos indígenas urbanizados. Entendendo a reprodução do preconceito aos indígenas por ignorância, percebeu a música como forma potente de mudanças. Depois de lançar três músicas e mais três minialbuns (*Hapohu*, *Uzaw* e *Wiramiri*), Kaê lançou em 2021 seu primeiro álbum, *Kwarahy Tazyr* (que significa “filha do sol” em Ze'egete, sua língua materna): “Essa consciência de que você precisa falar sobre seu povo é um resgate. É preciso entender as causas de todo esse preconceito, todo esse apagamento, e de como surgiu a luta. Entendi que, independentemente da visibilidade que

eu tenho e do que eu faço com minha música, vivemos as consequências da colonização.”

Kaê é também autora do livro *Descomplicando com Kaê Guajajara – O que você precisa saber sobre os povos originários e como ajudar na luta antirracista*. Além da música e da literatura, ela fundou com amigos indígenas que moram em favelas cariocas o Coletivo Azuruhu para revelar, por meio da arte, a identidade dos povos indígenas que resiste na cidade. “Fazemos o trabalho nas escolas, criamos atividades junto com a Aldeia Maracanã para atender as pessoas mais de perto. Pela arte-educação mostramos a realidade de nossos povos e que nossa cultura está viva. Claro que usamos música também. Temos muitos projetos em andamento e outros ainda por fazer, levando conhecimento de qualidade para as ruas.”

A artista explica que “estamos procurando investimento coletivo. Em dois anos, acreditamos ter ferramentas mais acessíveis para divulgar e promover o conhecimento do indígena em contexto urbano. Existe uma ideia colonial de que o indígena não pode transitar pelo território, não pode usar tecnologia. Sofri inúmeros preconceitos que fizeram com que eu me entendesse nesse lugar; posso ajudar outros a não sofrerem o mesmo”.

Ao longo dos últimos anos, Kaê também compreendeu as questões relacionadas ao gênero e se reconheceu como uma pessoa não binária, ou seja, que não se identifica com os gêneros masculino e feminino. “A minha luta hoje é por autonomia, autodeclaração e demarcação. Mesmo depois do direito garantido ainda há luta pela manutenção do meu povo. Há terras contaminadas com mercúrio e minério, e corpos indígenas vão pagar com a vida por isso. Até demarcação de terra tem data de validade. Isso é fruto do apagamento, da colonização. Quando era pequena, pensava que era só os brancos voltarem para Europa que tudo se resolveria. Hoje sou mais realista e mais otimista. Se houver mais espaços de troca, de escuta, podemos mudar a realidade.”

Maré no mapa mundial das descobertas científicas sobre a covid-19

Conjunto de favelas é parte de uma pesquisa global sobre a eficácia das vacinas contra variantes da doença



GABILINO

A mobilização e o acompanhamento dos moradores voluntários durante todas as etapas da pesquisa têm sido fundamentais

LUCIANA BENTO

O estudo *Vacina Maré*, conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Associação Redes da Maré e a Prefeitura do Rio, revelou boas notícias: com mais de 90% da população adulta dos territórios vacinada com duas doses de AstraZeneca, a contaminação pelo vírus diminuiu nas 16 favelas.

“A vacina protege em todos os níveis: da morte, da hospitalização, da contaminação pelo vírus e do adoecimento. É claro que esses níveis são diferentes. No caso da contaminação, a proteção é de 65% depois da segunda dose. Quando olhamos para hospitalização e morte, o índice de proteção da vacina sobe para mais de 90%”, esclarece o coordenador do estudo, o pesquisador da Fiocruz e médico infectologista **Fernando Bozza**.

Esses resultados são comprovados por um dado digno de comemoração: segundo o Painel Rio Covid, da Prefeitura do Rio, de 30 de outubro de 2021 até a data de fechamento desta reportagem (24/03), não houve nenhum óbito

decorrente da covid-19 na Maré.

Muito por descobrir

“Precisamos continuar verificando se há outras variantes ainda não identificadas em circulação no território brasileiro — e, por consequência, na Maré — e saber se elas trazem outros desdobramentos em relação à pandemia”, alertou o médico.

Cerca de duas mil famílias moradoras da Maré (aproximadamente 6.500 pessoas, incluindo crianças) participam da segunda fase da pesquisa, chamada de estudo de coorte. Nesta etapa, um monitoramento de longo prazo avalia a contaminação entre membros da mesma família, como o vírus circula na favela, a proteção indireta das pessoas (se um não vacinado acaba sendo protegido por pessoas imunizadas que vivem à sua volta, incluindo crianças), entre outras coisas.

A mobilização e o acompanhamento dos moradores voluntários durante todas as etapas da pesquisa têm sido fundamentais, já que é através de coletas

de sangue, feitas ao longo do processo, que os dados são registrados — no corre diário, muitas pessoas esquecem e acabam não voltando à unidade de saúde para tirar sangue.

É aí que, mais uma vez, entram os profissionais de saúde e os articuladores de campo da pesquisa, moradores da Maré que conhecem o território e acompanham as famílias, esclarecendo dúvidas, entendendo dinâmicas, auxiliando em casos de reação à vacina e da ocorrência de sequelas pós-covid, e mesmo encaminhando quem precisa de ajuda para melhorar sua saúde mental.

Uma destas pessoas é

Adriana Paiva de Lima, de 33 anos, técnica em enfermagem e moradora do Parque Rubens Vaz. Ela explica que o processo de mobilização e acompanhamento dos moradores é longo e começa com as entrevistas, quando “eles se sentem acolhidos pela nossa equipe. É o momento fundamental para fazer o mapeamento das características e dos aspectos da doença, transmissão do vírus no território, vigilância das variantes e acompanhamento de possíveis efeitos adversos da vacina”, esclarece.

Para ela foi uma grande satisfação — como moradora, mãe e profissional de saúde — participar da pesquisa. “É algo inédito, que só se via na televisão, mas que estava acontecendo conosco. É muito bom quando vemos os moradores fazendo a coleta de sangue, acrescentando outros participantes do plano familiar na pesquisa, pedindo informações, indo aos encontros na Clínica da Família, atendendo os nossos articuladores e nossa equipe em domicílio...”, relata.

Fiocruz e Maré, parceria antiga

Projetos de saúde no território e depois, lutas



GABILINO

Na correria do dia a dia, muita gente esquece de voltar para prosseguir com as coletas de sangue



GABILINO

A *Vacina Maré* integra uma pesquisa global sobre a eficácia da vacina contra a covid-19 e suas variantes

decisivas para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) remontam das décadas de 1970 e 1980. A Maré, como não podia deixar de ser, participou ativamente destas ações e mobilizações por meio de lideranças, instituições e associações de moradores. Foi quando surgiu a relação entre a Maré e a Fiocruz, que se tornou cada vez mais próxima.

Ao longo dos anos, atividades e ações em defesa da saúde pública mantiveram e fortaleceram esta parceria, mas nada tão inovador e profundo quanto o projeto *Conexão Saúde – De Olho na Covid*, criado para enfrentar a pandemia nas favelas da Maré e de Manguinhos. Além da Redes da Maré e da Fiocruz, o projeto contou ainda com a parceria do Dados do Bem, do SAS Brasil, da União Rio e do Conselho Comunitário de Manguinhos.

Baseado em quatro ações (Testagem em Massa, Isolamento Doméstico Seguro, Telessaúde e Comunicação no Território), o projeto encerrou suas atividades em março apresentando resultados muito positivos. Desde que o *Conexão Saúde – De Olho na Covid* foi implementado, a taxa de letalidade (número de óbitos em relação ao número de casos) na Maré caiu 86,4%: se antes do projeto 16,9% das pessoas com covid-19 morriam, as ações em saúde fizeram esse percentual cair para 2,3%.

A experiência e os resultados do projeto (aliados ao profundo conhecimento do território fruto de duas décadas de trabalho da Redes da Maré), juntamente com uma parceria

com as unidades de saúde, possibilitaram a realização da campanha de vacinação em massa da população ainda em julho de 2021 — momento em que o percentual de vacinados contra a covid-19 no país era muito baixo. Na Maré, 93,4% da população adulta foi imunizada com duas doses de Covishield (vacina do laboratório britânico AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford e, no Brasil, agora produzida pela Fiocruz com o nome de Vaxzevria).

A ocasião foi a oportunidade perfeita de iniciar o estudo *Vacina Maré*, considerando as características únicas dos territórios: alta densidade populacional, cadeias de transmissão próprias, grande circulação do vírus e vulnerabilidade social da população — tudo isso combinado com o alto percentual de moradores vacinados.

SUS: parceria fundamental

Para que o estudo tenha êxito e atinja seus objetivos, o envolvimento das unidades básicas de saúde e clínicas da família da Maré, por meio da CAP 3.1 e da Secretaria Municipal de Saúde foi primordial.

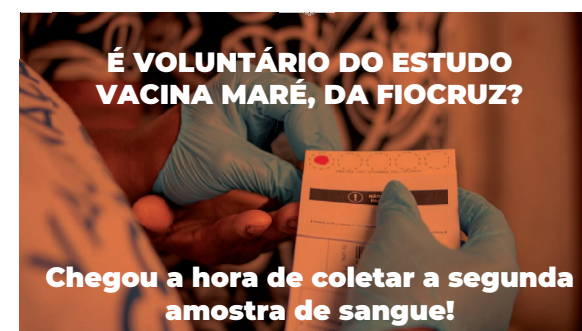
O engajamento dos profissionais, além de suas qualificações na área de saúde e do conhecimento das dinâmicas do território e das necessidades dos moradores, faz com que as descobertas e os aprendizados da pesquisa sejam genuinamente marceenses, garantindo um legado duradouro para os territórios.

Sônia Lourenço Silva é moradora de Marcílio Dias. Técnica em

enfermagem e agente comunitária do Centro Municipal de Saúde João Cândido, ela é uma das profissionais de saúde que integram o time do estudo *Vacina Maré*: “Quando a gente orienta sobre algo que a gente acredita, confia e sabe que é eficaz, é muito mais fácil, é natural. Você passa credibilidade para o morador porque você acredita naquilo em que você está trabalhando e participando.”

O *Vacina Maré* faz parte de um estudo mais amplo, o *Effect Brazil*, que investiga a covid-19 e seus efeitos no Brasil e faz parte de uma pesquisa global sobre a eficácia da vacina contra a covid-19 e as variantes da doença. O estudo está longe de terminar: ele deve durar, pelo menos, mais dois anos e, em sua próxima etapa, vai avaliar a efetividade da vacina em relação à variante Ômicron e a eficácia da dose de reforço, além de analisar amostras do vírus encontradas na Maré para detectar variantes (a chamada vigilância genômica).

A pesquisa já teve resultados parciais publicados em periódicos científicos internacionais, como a revista *Clinical Microbiology and Infection*, da Sociedade Europeia de Microbiologia Clínica e Doenças Infecciosas (ESCMID). Além da parceria com a Redes da Maré e a Prefeitura do Rio, o estudo conduzido pela Fiocruz tem a participação do Instituto de Saúde Global de Barcelona, na Espanha, e conta com financiamento da Fundação Bill e Melinda Gates.



Vá até uma unidade de saúde e procure nossa equipe, identificada com a camiseta do estudo.

PESQUISA
**VACINA
MARÉ**

Fique tranquilo!
Como da primeira vez,
é só uma picadinha.



Não deixe de retornar.
Sua participação é fundamental para saber mais
sobre a proteção da vacina e novas variantes!

É a Maré fazendo parte da luta global contra o coronavírus!

Dúvidas: (21) 99924-6462 (Redes da Maré)



Cidadania e conhecimento sobre rodas

Justiça e cultura são disponibilizadas aos moradores da Maré de forma itinerante

HÉLIO EUCLIDES

A cidade do Rio sofre com limitações de mobilidade, principalmente pela ausência e má conservação dos ônibus, mas são eles que carregam a solução para permitir o acesso a direitos, muitas vezes dificultado justamente por problemas de locomoção do carioca. Um veículo estacionado pode ser uma sala de audiência judicial ou ainda uma biblioteca pertinho de casa, pois esses serviços existem e estão disponíveis para os moradores da Maré.

O Programa *Justiça Itinerante*, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, oferece a possibilidade de realizar audiências mais perto do cidadão. A iniciativa tem por objetivo criar alternativas mais acessíveis e fomentar a cidadania por meio de atendimentos regulares. Para que isso aconteça, atualmente existem 26 postos em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro, sendo um na Fiocruz (batizado de Maré), por atender aos moradores da favela. No ano passado, foram realizados 2.965 atendimentos.

A *Justiça Itinerante* leva membros do Ministério Público e da Defensoria Pública ao encontro de cidadãos, muitas vezes para cobrir a falta de políticas públicas mais eficientes e acessíveis. “Conheci o projeto através da minha filha que tinha vindo resolver um problema no documento. Esse projeto é uma benção, pois



Para participar dos processos do Programa *Justiça Itinerante*, os moradores da Maré podem buscar os espaços da Fiocruz

ajuda e não precisamos gastar dinheiro com passagem”, comemora **Márcia Alves**, moradora da Vila do João.

“O *Justiça Itinerante* é super valioso, com a presença de um juiz semanalmente. Boa parte da justiça se encontra no Centro da cidade, o que é inviável para o morador mais vulnerável, que precisa gastar com passagem, por isso a importância do projeto. Contudo, pleiteamos um núcleo da Defensoria Pública, um Conselho Tutelar, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro da Maré, para que os órgãos possam acompanhar o cotidiano do morador”, reivindica **Liliane Santos**, coordenadora do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré.

Para **Yuri Cohen**, assessor do programa desde 2019, o trabalho itinerante é gratificante. “Sinto que ele realmente ajuda as pessoas. É algo diferenciado — um exemplo é quando as pessoas garantem o nome social — e dessa forma per-

cebemos que a justiça está funcionando”, diz. O serviço mencionado é um dos mais procurados, quando pessoas transexuais e travestis podem fazer a troca de nome e gênero em sua documentação sem a necessidade de uma ação judicial ou comprovação de cirurgia. No dia 26 de novembro de 2021, a comunidade LGBTQIA+ teve um evento exclusivo, com 276 atendimentos.

O programa trata de casos de pensão, guarda, tutela, regulamentação de visitas e paternidade, interdição, divórcio, reconhecimento ou dissolução de união estável e partilha de bens, retificação de registro de nascimento e casamento, registro tardio e redesignação (mudança de nome e gênero no registro civil). Para o primeiro atendimento são precisos original e cópia da identidade, CPF e comprovante de residência com o nome da própria pessoa. O posto Maré funciona às quartas, das 9h às 13h, próximo à entrada da Fiocruz, na Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Manguinhos. Informações pelo telefone: 3133-3468.



Em pouco tempo, é possível conseguir aquela audiência judicial tão desejada



MATEUS AFFONSO

Projeto *Livros nas Praças*: ônibus biblioteca com um acervo de dois mil livros disponibilizado para a população por meio de empréstimo gratuito

Uma carona para os livros

De repente um ônibus azul e vermelho entra na Maré e estaciona na Vila Olímpica Municipal Seu Amaro. Esse é o projeto *Livros nas Praças*, um ônibus biblioteca com um acervo de dois mil livros disponibilizado gratuitamente para a população por meio de empréstimo gratuito. O ônibus adaptado é um projeto da empresa Korporativa Marketing Cultural, Social e Ambiental.

O projeto iniciou suas atividades há quase dez anos, e há desde o ano de 2014 dois ônibus-biblioteca rodam pelo Rio de Janeiro (um terceiro já visitou dez estados brasileiros). Na Maré, a parceria com a vila olímpica começou há cinco anos, quando perceberam que o local tinha amplo espaço para atendimento de escolas e o público em geral.

“Poder estimular a leitura nas vilas olímpicas, aliando a educação ao

esporte, é um trabalho muito importante. Além do retorno desse projeto na Maré, temos disponíveis bibliotecas gratuitas em três vilas olímpicas: Clara Nunes, em Acari; Dr. Sócrates, em Guaratiba; e Nilton Santos, na Ilha do Governador”, conta o secretário municipal de esportes, **Guilherme Schleder**. Cerca de 330 mil visitantes leitores já passaram pela biblioteca sobre rodas. A fidelização dos visitantes leitores é percebida através do retorno para a devolução dos livros e novos empréstimos.

Os livros ficam à disposição dos moradores do território para empréstimo via cadastro feito na unidade móvel, com prazo para a devolução dos títulos, estimulando o hábito da leitura. “Acho legal, me sinto feliz quando venho ao ônibus. Espero que outras crianças venham ler também”, convida **Kaic Silva**, de dez anos, morador da Vila do Pinheiro. No ônibus há li-

vro para todas as idades, incluindo clássicos, literatura nacional e internacional. “Quando lemos é muito bom, espero que todos possam vir conhecer o ônibus”, comenta **Maria Clara**, de sete anos, moradora do Morro do Timbau.

O projeto é acessível ao público com deficiência visual, oferecendo títulos em braille para todas as idades, e a aqueles com dificuldades de mobilidade, disponibilizando uma cadeira de transbordo para facilitar o acesso à unidade móvel. O *Livros nas Praças* estará de volta à Maré em abril.

Uma carga de conhecimento

Outro projeto que envolve livros e veículos é o *Fábrica de Biblioteca – Doe Livros*, do Instituto Vida Real. **Anderson Ramalho** é responsável pelo projeto e conta que começou a recolher livros com uma Kombi; depois de quatro anos adquiriu o

caminhão para o projeto, que funciona há 13 anos. “Nossa maior alegria é incentivar as crianças a ingressarem ao mundo da leitura”, diz.

Os livros recebidos passam por uma triagem para ser encaminhado para quem precisa dele, como alunos de faculdades moradores de favela. Com as doações, o caminhão também incentiva eventos, como feiras e trocas de livros. “Um livro tem um peso natural, e também carrega o peso do saber. Com a leitura, aprendemos que temos não só deveres como direitos e, dessa forma, força para protestar”, ensina.

Anderson percebeu que diminuíram as doações e a leitura de livros com a pandemia, enquanto que parece aumentar o uso do celular pelas crianças. “Precisamos continuar a incentivar o hábito de ler. Não podemos abaixar a guarda, para que a próxima geração também seja amiga do livro”, conclui. O caminhão recolhe livros em todos os lugares da cidade e de diversas instituições como Redes da Maré, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Colégio Pedro II e Universidade Veiga de Almeida (UVA). **Sebastião Antônio de Araújo**, presidente do Instituto Vida Real, deseja a multiplicação do caminhão. “É preciso que projetos como esse de incentivo à leitura aconteçam mais. O conhecimento chegaria a todos os cantos, pois tem muita gente sem condições de adquirir um livro”, acredita.

